

Companhia ESA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas.

CNPJ nº 52.117.397/0001-08

São Paulo, 28 de abril de 2025. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023	Passivo e patrimônio	Nota explicativa	2024	2023
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	103	99	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	9	--	1.622
Ativos financeiros	6	11.766	1.120	Demais obrigações tributárias	10	1.424	1.547
Impostos a recuperar	7	3.734	4.960	Juros sobre capital próprio a pagar	-	7.490	8.505
Juros sobre capital a receber	8 c)	5.945	12.810	Obrigações trabalhistas	-	293	301
Demais ativos circulantes	-	128	467	Outros passivos circulantes	-	19	134
		21.676	19.456	Total do passivo		9.226	12.109
Patrimônio líquido							
Investimento	8 a)	246.332	225.871	Capital social	12 a)	145.000	130.000
Imobilizado	-	85	90	Reservas de lucros	-	142.555	112.208
		246.417	225.961	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(28.688)	(8.900)
		268.093	245.417	Total do patrimônio líquido		258.867	233.308
		268.093	245.417	Total do passivo e patrimônio líquido		268.093	245.417

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Legal	Especial	Legal	Especial			
Saldos em 1º de dezembro de 2023	80.000	3.021	69.936		19.879	--	172.836
Aumento de capital, com Aporte dos Acionistas	40.000	--	--	--	--	--	40.000
Reserva Especial de Lucros - 2018 e 2019	10.000	--	(10.000)	--	--	--	--
Deságio na Aquisição de Investimentos	--	--	7.790	--	--	--	7.790
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	--	--	--	--	--	--	--
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8)	--	--	--	--	(2.559)	--	(2.559)
Outras (Nota 8)	--	--	--	--	(30.001)	--	(30.001)
Lucro líquido do exercício	--	--	--	--	--	53.645	53.645
Juros sobre capital próprio aprovados	--	--	--	--	--	(12.184)	(12.184)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8)	--	--	--	--	3.781	--	3.781
Destinação do resultado exercício	--	--	--	--	--	--	--
Reserva legal	--	2.073	--	--	--	(2.073)	--
Destinação para reserva especial (Nota 12(b))	--	--	39.388	--	--	(39.388)	--
Saldos em 31 de dezembro de 2023	130.000	5.094	107.114		(8.900)	--	233.308
Aumento de capital, com Reserva Especial de Lucros - 2019 e 2020	15.000	--	(15.000)	--	--	--	--
Distribuição de Lucros de 2019	--	--	(10.000)	--	--	--	(10.000)
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)	--	--	--	--	--	--	--
Transações com empresas subsidiárias e controladas (Nota 8)	--	--	--	--	(413)	--	(413)
Outras (Nota 8)	--	--	--	--	(25.134)	--	(25.134)
Lucro líquido do exercício	--	--	--	--	--	68.247	68.247
Juros sobre capital próprio aprovados	--	--	--	--	--	(12.900)	(12.900)
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA (Nota 8)	--	--	--	--	5.759	--	5.759
Destinação do resultado exercício	--	--	--	--	--	--	--
Reserva legal	--	2.768	--	--	--	(2.768)	--
Destinação para reserva especial (Nota 12(b))	--	--	52.579	--	--	(52.579)	--
Saldos em 31 de dezembro de 2024	145.000	7.862	134.693		(28.688)	--	258.867

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia ESA ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede na capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação na controlada Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), controlada em última instância pela família Egydio de Souza Aranha.

2. Políticas contábeis materiais

Um resumo das políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis está apresentado a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria, em 28 de abril de 2025. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme os CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis (individuais) contêm informações sobre a Companhia e não contêm informações contábeis consolidadas como sendo a controladora de um grupo. A Companhia não está apresentando demonstrações contábeis consolidadas, incluindo a ITAÚSA (Nota 8), uma vez que essa controlada é a holding do conglomerado ITAÚSA e, por ser de capital aberto, já prepara demonstrações contábeis consolidadas. A Administração da Companhia concluiu que a preparação das demonstrações contábeis consolidadas incluindo a ITAÚSA, considerando a composição e a relevância de seus ativos e passivos, apenas duplicaria informações já disponíveis, uma vez que não acrescentaria relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público.

Tivesse a Companhia elaborado demonstrações contábeis consolidadas, a única diferença relevante em relação às demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA seria a classificação da parcela não detida pela Companhia no patrimônio líquido da ITAÚSA como participação dos não controladores, como a seguir demonstrado:

	2024	2023
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	246	225
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	94.751	86.825
	94.997	87.050

Assim, a leitura dessas demonstrações contábeis individuais deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA, que se encontram disponíveis no site oficial da Companhia.

2.2. Tratamento da participação na ITAÚSA

A participação detida na ITAÚSA é reconhecida pela aplicação do método de equivalência patrimonial, por meio do qual a Companhia reconhece sua participação proporcional detida no patrimônio líquido da controlada, a fim de registrar a parte que lhe cabe no resultado, resultado abrangente ou outras transações de capital registradas pela controlada. Não existem eliminações de transações com a controlada no processo de aplicação da equivalência patrimonial.

As transações em que a Companhia adquire participações (ações) de acionistas não controladores ou vende parte de participações detidas, são consideradas como sendo transações entre a Companhia e seus acionistas. Dessa forma, qualquer diferença entre o montante pago e o correspondente valor da participação no patrimônio da controlada é reconhecida diretamente no patrimônio líquido da Companhia e não no resultado ou no resultado abrangente.

No caso de aquisição adicional de ações da controlada por valor superior ao valor patrimonial (ágio) ou no caso de aquisições de ações com ganho por compra vantajosa (deságio), os valores de ágio ou deságio são contabilizados em conta do patrimônio líquido. Efeitos semelhantes nas vendas de ações são também assim registradas, a não ser que a venda produza perda de controle da investida.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, isto é, as aplicações financeiras (Nota 6). Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia não tem contratos de derivativos de qualquer natureza em aberto ou efetuou transações dessa natureza no período coberto por estas demonstrações contábeis.

(b) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, quando então são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os equivalentes de caixa, desde que não classificados como valor justo por meio do resultado e demais contas ou valores a receber. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem, como resultado financeiro.

2.5. Provisões

As provisões, que incluem os tributos apurados a pagar, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor poderá ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

No período desta demonstração não há ajuste de crédito tributário sobre o Prejuízo Fiscal e Base Negativa registrados.

2.7. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, a serem demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.8. Reconhecimento da receita de participação

(a) Resultado de participação societária

O resultado de participação societária decorre da aplicação do método de equivalência patrimonial.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.9. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base na previsão estabelecida no estatuto social de pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Dividendos adicionais somente são reconhecidos como passivo na data em que são aprovados pelos acionistas. Os juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas são demonstrados no passivo, no exercício em que o pagamento é aprovado pela diretoria. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), recolhido sobre os juros sobre capital próprio é reconhecido no patrimônio líquido, juntamente com os juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

No caso da Companhia, as estimativas contábeis críticas referem-se ao cálculo e registro de tributos sobre o lucro, embora não existam ajustes relevantes ao lucro líquido para a apuração das bases fiscais desses tributos. Nesse sentido, são apurados o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido, além do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), com base na legislação vigente.

A apuração final desses tributos, para recolhimento, ocorrerá por ocasião da declaração do Imposto de Renda, e possíveis eventuais ajustes em relação aos valores apurados e registrados nestas demonstrações contábeis.

O julgamento contábil crítico refere-se à determinação do controle detido na ITAÚSA (Nota 8).

4. Gestão de risco financeiro

A atividade da Companhia restringe-se à administração da posição acionária detida na ITAÚSA. Dessa forma, a origem e a aplicação de recursos resumem-se fundamentalmente no recebimento e no pagamento de dividendos e de juros sobre o capital, sem o objetivo de reter valores relevantes de recursos com algum outro objetivo.

O passivo circulante refere-se substancialmente a juros sobre capital próprio a pagar a acionistas. Nesse sentido, na medida em que suficientes recursos são recebidos da ITAÚSA, os acionistas da Companhia são pagos e/ou remunerados. Uma pequena parcela dos recursos é retida para o pagamento de despesas correntes, incluindo tributos além de outras despesas relacionadas ao objeto social da Companhia. Essa parcela retida é mantida em instrumentos de caixa e equivalentes de caixa, que incluem o caixa, banco conta-movimento e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que, portanto, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações de capital.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos recebíveis. São classificados como ativos circulantes se foram adquiridos, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

	Empréstimos e recebíveis		Ativos financeiros designados ao valor justo		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	103	99	--	--	103	99
Ativos financeiros	--	--	11.766	1.120	11.766	1.120

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em caixa e depósitos em conta-movimento.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos financeiros referem-se às aplicações financeiras e estão apresentados por cotas de fundo de investimento Itaú Empresa Trust RF Referenciado DI FICFI junto ao Itaú Unibanco S.A. que contam com liquidez imediata e com propósito de serem ativa e frequentemente negociadas:

	2024	2023
Caixa e bancos	103	99
Aplicações em fundo de investimento	11.766	1.120
	11.869	1.219

7. Impostos a recuperar

	2024	2023
IRRF referente a juros sobre capital próprio	1.925	3.388
CSLL a recuperar	39	361
IRPJ a recuperar	1.608	985
IRRF sobre aplicações financeiras	162	226
	3.734	4.960

8. Investimentos

O saldo dessa conta é composto exclusivamente pela participação da Companhia na controlada ITAÚSA, cujas informações estão detalhadas a seguir:

(a) Movimentação dos investimentos no exercício

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro de 2023	157.488	
Resultado de participações societárias	36.665	
Transações com acionistas controladores (ITAÚSA)		
Transações com empresas subsidiárias e controladas	(2.559)	
Outros	(30.001)	
Participação no resultado abrangente da ITAÚSA	3.781	
Subscrição	52.707	
Deságio	7.790	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	225.871	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Resultado de participações societárias	8 a)	40.249	36.665
Despesas gerais e administrativas	13	(6.566)	(6.802)
Tributos	14	(1.849)	(2.524)
(=) Lucro operacional		31.834	27.339
Receitas financeiras	15	36.413	27.952
Despesas financeiras	15	(5)	(30)
Outras receitas operacionais	-	5	6
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		68.247	55.267
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	--	(1.622)
(=) Lucro líquido do exercício		68.247	53.645
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares)		2.337.959	2.226.628
Lucro líquido por ação do capital social	12 d)	0,0292	0,0241

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Lucro líquido do exercício		68.247	53.645
Participação no resultado abrangente da controlada	8	5.759	3.781
Total do resultado abrangente do exercício		74.006	57.426

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	68.247	55.267
Ajustes		
Depreciação e amortização	33	29
Resultado de participações societárias (Nota 8)	(40.249)	(36.665)
Receitas	(36.413)	(27.952)
Despesas	5	30
	(8.377)	(9.291)
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	1.226	1.337
Demais ativos circulantes	339	(109)
Demais tributos e contribuições a pagar	(1.745)	(1.803)
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar	(8)	35
Demais passivos circulantes	(115)	(22)
	(303)	(562)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(8.680)	(9.853)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	42.045	25.220
Aquisição de investimentos	--	(52.707)
Aquisição e baixas de imobilizado	(28)	(30)
Variação dos ativos financeiros	(9.418)	5.843

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos

Companhia ESA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais) (Continuação)

9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante à legislação específica e a Contribuição Social (CS) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A conciliação entre a alíquota nominal e a efetiva pode ser demonstrada da seguinte maneira:

	2024	2023
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	55.347	43.083
Alíquota Nominal 34% (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Encargos (IRPJ e CSLL) às Alíquotas Vigentes.....	(18.818)	(14.648)
(Adições) / Exclusões.....	18.818	13.026
Equivalência Patrimonial	13.685	12.466
Dividendos.....	5.376	--
Ajuste de crédito tributário sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(72)	705
Despesas Indedutíveis.....	(171)	(169)
Adicional do IRPJ.....	--	24
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	--	1.622

Em dezembro 2024 apesar de a COMPANHIA apresentar um lucro contábil de R\$ 68.247, houve adições e exclusões que resultaram em um prejuízo fiscal. O valor demonstrado como ajuste de crédito tributário sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa, não foi registrado.

10. Demais obrigações tributárias

	2024	2023
Programa de Integração Social (PIS).....	74	90
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	343	414
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).....	538	616
Contribuições Sociais Retida na Fonte (CSRF).....	18	9
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5	3
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	348	322
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).....	98	93
	1.424	1.547

11. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, pelo período de até dez anos, com referência aos tributos federais e estaduais. Considerando as normas contábeis a respeito, notadamente a norma "provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas", a Companhia não tem contingências passivas ou valores cuja contabilização ou divulgação seja requerida.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 145.000 (2023 - R\$ 130.000), representado por 2.337.959.345 ações ordinárias (2023 - 2.226.627.962), todas nominativas, sem valor nominal.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2024, os acionistas deliberaram: (i) aumentar o capital social subscrito em R\$ 15.000, mediante a capitalização de reservas; e (ii) simultânea bonificação de ações mediante emissão de 111.331.383 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 5 (cinco) ações novas para cada 100 (cem) ações que possuírem nesta data.

(b) Reservas legal e especial: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme o artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, a Reserva Especial é constituída objetivando a formação de recursos com as seguintes finalidades: (i) exercício do direito

preferencial de subscrição em aumento de capital da ITAUSA; (ii) aumento de capital social da Companhia; (iii) pagamento de dividendos intermediários, distribuíveis por deliberação da Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral.

Essa reserva será formada: (i) por valores provenientes do saldo do lucro líquido; (ii) pela parcela revertida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados, sem prejuízo do cômputo dessa parcela no cálculo do dividendo mínimo obrigatório, no exercício em que for feita a reversão; (iii) pela reversão, nos casos aplicáveis, do valor de dividendos intermediários. Por proposta da Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas desta reserva para que o respectivo saldo não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessa reserva, somado ao da reserva legal não poderá ultrapassar o capital social.

A reserva discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados à sua constituição, competindo à Diretoria especificar os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas em função da natureza dos acionistas.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Conforme o artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber com dividendo mínimo obrigatório (incluem os juros sobre capital próprio), em cada exercício, importância não inferior a 2% (dois por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado nos termos da Lei da Sociedade por Ações.

Em reuniões da diretoria, realizadas durante os exercícios de 2024 e 2023, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas nas datas indicadas na tabela a seguir, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

	2024	2023
Dividendos		
Dividendos aprovados em 08 de março de 2024 (R\$ 0,0044 centavos por ação).....	10.000	--
Valor reconhecido no exercício	10.000	--
Juros sobre Capital Próprio (JCP).....	12.900	12.184
Imposto de Renda (15%)	(1.935)	(1.828)
JCP Líquido	10.965	10.356
JCP aprovado em 31 de março 2023 (R\$ 0,0010 centavos por ação).....	--	2.200
JCP aprovado em 30 de junho 2023 (R\$ 0,0019 centavos por ação).....	--	4.019
JCP aprovado em 31 de julho 2023 (R\$ 0,0004 centavos por ação).....	--	1.012
JCP aprovado em 31 de agosto 2023 (R\$ 0,0004 centavos por ação).....	--	1.018
JCP aprovado em 29 de setembro 2023 (R\$ 0,0004 centavos por ação).....	--	1.024
JCP aprovado em 31 de outubro 2023 (R\$ 0,0004 centavos por ação).....	--	965
JCP aprovado em 29 de dezembro 2023 (R\$ 0,0009 centavos por ação).....	--	1.946
JCP aprovado em 28 de março 2024 (R\$ 0,0016 centavos por ação).....	3.719	--
JCP aprovado em 28 de junho 2024 (R\$ 0,0017 centavos por ação).....	3.857	--
JCP aprovado em 30 de setembro 2024 (R\$ 0,0018 centavos por ação).....	4.057	--
JCP aprovado em 30 de dezembro 2024 (R\$ 0,0005 centavos por ação).....	1.267	--
Valor reconhecido no exercício	12.900	12.184

(d) Lucro por ação: O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	55.347	41.461
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhares).....	2.337.959	2.226.628
Lucro por ação	0,0237	0,0186

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

13. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Salários e benefícios a empregados.....	4.574	4.358
Serviços de terceiros.....	465	717
Anúncios e publicações.....	28	28
Seguros.....	400	359
Emolumentos.....	3	2
Outras.....	561	812
Indedutíveis.....	502	497
Depreciação.....	33	29
	6.566	6.802

14. Tributos

	2024	2023
COFINS.....	328	2.076
PIS.....	1.521	448
	1.849	2.524

15. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Despesas financeiras		
Despesas bancárias.....	(5)	(28)
Despesas financeira.....	--	(2)
Juros s/ Capital Próprio.....	--	--
Total das despesas financeiras	(5)	(30)
Receitas financeiras		
Receitas financeiras.....	979	1.011
Variação monetária.....	254	332
Juros s/ Capital Próprio.....	19.369	26.609
Dividendos.....	15.811	--
Total das receitas financeiras	36.413	27.952
Resultado financeiro, líquido	36.408	27.922

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se resumem basicamente aos dividendos e juros sobre capital próprio a receber da ITAUSA e a pagar a seus acionistas.

O pessoal-chave da Administração da Companhia são seus diretores, que também são acionistas. Enquanto diretores, eles não são remunerados.

As demais transações com partes relacionadas referem-se a:

	2024	2023
Aplicações de liquidez imediata no fundo Dynamic (Itaú Unibanco S.A.).....	103	99
Aplicações no fundo Trust RF (Itaú Unibanco S.A.)	11.766	1.120
	11.869	1.219
	2024	2023
	979	1.011

17. Eventos subsequentes

Aumento de capital da Itaúsa S.A.: Em 10 de fevereiro de 2025, a Itaúsa divulgou um Fato Relevante referente ao aumento de capital, com subscrição de ações na proporção de 1,3766678% sobre as ações da mesma espécie.

Subscrição e Aquisição de Diretos pela Companhia ESA: A Companhia ESA, além de realizar sua subscrição, adquiriu os direitos em Bolsa de 4.755.100 ações ITSA3 e subscreveu pelo valor de R\$ 46.143.771,00.

Decisões de Venda pela Diretoria: A Diretoria da Companhia ESA decidiu realizar a venda de 426.002 ações ITSA4 pelo valor de R\$ 4.079.033,99, bem como a venda de direitos de subscrição de 5.864 ações ITSA4 pelo valor de R\$ 16.748,37.

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia ESA

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia ESA** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia ESA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. Thiago Rodrigues
CRC 2 SP 013846/O-1 Contador CRC 1 SP 296823/O-8



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>